

A formação universitária em nutrição

Denise Giacomo da Motta, Maria Rita Marques de Oliveira
e Maria Cristina Faber Boog***

Resumo: O artigo apresenta uma análise crítica sobre o histórico da formação universitária em nutrição no Brasil, desde o seu início, nos anos trinta, até os dias atuais, em que se conta com 155 cursos no País. São apresentadas as suas diretrizes curriculares atuais e apontados os eventos dedicados à discussão sobre a formação, os cursos e os instrumentos legais que respaldam a profissão. Por meio de pesquisa, através dos *sites* na Internet, em 71 cursos, procedeu-se a uma avaliação sobre o posicionamento dos cursos em relação à sua missão e aos objetos de estudo, com a finalidade de retratar a situação atual da forma mais abrangente possível.

Palavras-chave: Nutricionista, nutrição-ensino.

Abstract: The paper presents a critical analysis about the nutrition university graduation history in Brazil, since its beginning, in the 30's, until nowadays, counting with 155 courses in the country. The paper points out the events dedicated to the discussion about graduation and the legal requirements that support the nutritionist profession and the courses. It presents also the curriculum guidelines. An evaluation of the courses positions was performed through a research in 71 Internet university websites. It was verified how they present their mission and study subjects, with the purpose of describing the present situation in the most comprehensive way as possible.

Key-words: Dietitian, nutritionist, nutrition-teaching.

1. Introdução

O estudo da alimentação tem atraído a atenção de filósofos e cientistas desde a antiguidade. Hipócrates e Platão detiveram-se sobre o estudo da dietética compreendida como arte de viver, isto é, considerando-a como o estudo das maneiras segundo as quais se conduz a existência, no que diz respeito a exercícios, alimentos, bebidas, sono, relações sexuais. A dieta adotada, que englobava todos esses aspectos, não era imposta nem obedecida, mas deveria ser sempre uma prática refletida (FOUCAULT, 1984). Já o conceito de ciência da nutrição que alicerçou a profissionalização em nutrição foi o conceito de Stare (apud BEHAR, ICAZA,

* Curso de Nutrição – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. dgmotta@unimep.br

** Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – FCM/UNICAMP

1972), bem mais restrito, que a define como ciência aplicada: nutrição é o estudo da relação entre o homem e o alimento.

Para esse autor e para os que lhe seguiram os passos, a nutrição era inerente ao ser vivo e representava a troca de material e energia com o ambiente, para a manutenção do equilíbrio vital. A alimentação, no sentido biológico, representava a primeira etapa desse processo, seguida depois pela digestão, absorção, metabolismo e excreção (BEHAR; ICAZA, 1972; MITCHELL et al., 1978). No sentido social, a alimentação incluía o processo de produção e distribuição dos alimentos entre os membros da sociedade. Para esses autores, esse conceito de alimentação correspondia à dietética (FERREIRA, 1986), área de conhecimento incluída na nutrição humana enquanto ciência.

A partir dessa conceituação adotada, a caracterização do objeto de estudo da nutrição foi desdobrada cartesianamente. A percepção do objeto – relação ser humano/alimento – necessitava do conhecimento do ser humano, em sua natureza biológica, psicológica e social, abrangendo suas dimensões individual e coletiva, e do alimento, em sua natureza específica (processos físico-químicos) e em suas formas de produção e transformação para a alimentação humana, e, ainda, da relação entre esses componentes que se processa sob condições históricas e culturais, específicas a cada sociedade.

Com o objeto de estudo assim definido, procurou-se fazer da nutrição uma ciência multifacetária, em que a participação multiprofissional seria imprescindível ao seu entendimento e desenvolvimento, já que seu conhecimento não se esgota na formação de um único profissional. Contudo, a inserção da disciplina nutrição nos cursos superiores da área da saúde constitui tema polêmico. Tanto no Brasil, como na Europa e na América do Norte, não há consenso a respeito da necessidade dessa disciplina para a formação de médicos (SOARES, 2001). Em relação ao curso de enfermagem, até 1994 ele continha a disciplina nutrição dentro do seu currículo mínimo, alocada na área de ciências fisiológicas (Resolução MEC 04/72), o que foi suprimido através da Portaria 1721/94 do Ministério da Educação e do Desporto (BOOG et al., 1995).

De todos os profissionais que atualmente trabalham com a nutrição, o nutricionista é aquele que, teoricamente, apresentaria formação mais próxima à apreensão ampla deste objeto de estudo. Melhor definindo, a formação acadêmica do nutricionista foi pensada de forma a levá-lo à compreensão do ser humano enquanto ser biológico e social, do alimento e da relação ser humano/alimento, a chamada nutrição aplicada. A abrangência dessa formação conferiria ao nutricionista um caráter generalista, na medida em que a atuação profissional pretendida, em primeira instância, visava à alimentação do ser humano, individual ou coletivamente, isto é, ao entendimento da nutrição humana, necessário à atuação no processo de alimentação. O objeto de trabalho do nutricionista foi, assim, sendo definido no interior de uma ampla gama de disciplinas¹ e historicamente

1. Anatomia, Histologia, Fisiologia, Fisiopatologia, Psicologia, Economia, Sociologia, Ética, Bioquímica, Bromatologia, Tecnologia de Alimentos, Técnica Dietética, Nutrição e Dietética, Dietoterapia, Avaliação Nutricional, Nutrição e Saúde Pública, Educação Nutricional, Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição, dentre outras.

determinado pela sua inserção e desempenho na sociedade brasileira. Se, por um lado, a nutrição sempre foi pensada como ciência multifacetária e da competência de várias profissões (YPIRANGA, 1990), por outro, houve um evidente predomínio das ciências biológicas e exatas nas atividades acadêmicas.

A alimentação ocupa uma posição estratégica no sistema de vida e de valores das diversas sociedades, porque é um tema agregativo e integrador, que permite abarcar muitas variáveis de uma só vez (FISCHLER, 1995; FLANDRIN; MONTANARI, 1998). No Brasil, ninguém explorou essa possibilidade melhor do que Josué de Castro, especialmente na obra "Geografia da Fome" (CASTRO, 1984), atrelando fatores biológicos, econômicos, sociais, culturais, antropológicos, ecológicos, explorando exaustivamente a multidimensionalidade da questão alimentar. Entretanto, por razões históricas, essa visão cedeu espaço a outros enfoques, como se pode verificar a seguir.

2. Histórico da formação do nutricionista

2.1. *Das origens à década de 70*

Apesar de não existirem dados conclusivos sobre a origem do nutricionista, considera-se que a profissão tenha surgido das transformações ocorridas no período de transição do feudalismo para o capitalismo. A atenção dietética na era medieval era trabalho do tipo caritativo, religioso. Nos primórdios do capitalismo, a mão de obra feminina gratuita, existente na casa dos enfermos, pautada na experiência do cuidar, foi gradativamente sendo substituída pelo trabalho de mulheres assalariadas, oriundas dos estratos sociais inferiores (SANTOS, 1988).

Registros históricos sugerem que a educação formal em nutrição teve seu embrião com a atuação das Irmãs da Ordem das Ursulinas em Quebec (1670) e depois em Ontário (1867), no ensino da economia doméstica. Também no Canadá, na cidade de Toronto, foi criado, em 1902, o primeiro curso universitário para dietistas, designação dada inicialmente ao nutricionista. Outra vertente conduz a Florence Nightingale, considerada fundadora da enfermagem moderna (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991).

Na primeira metade do século XX, a Ciência da Nutrição se desenvolveu em torno de estudos sobre a composição dos alimentos, suas condições de produção e conservação e sua utilização para fins terapêuticos. A história tem afirmado que esses estudos tiveram como determinantes, entre outros, a necessidade de fornecer provisões alimentares aos exércitos e atender às populações vitimadas pelas guerras, projetos nem sempre alinhados com os propósitos da saúde, porque permeados por interesses econômicos. Em paralelo à ciência da nutrição, emergiu a prática profissional na área, dentro do processo de divisão do trabalho em saúde, e foram criados numerosos centros de estudos e pesquisas, cursos de formação profissional e agências condutoras de medidas de intervenção em nutrição, em diversos países (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991; VASCONCELOS, 1999).

Na América Latina, a história teve início oficial em 1926, quando o professor Pedro Escudero, após acompanhar os avanços da ciência da nutrição nos Estados

Unidos e em outros países, criou o Instituto Municipal de Nutrição em Buenos Aires. Em 1933, criou a Escola Municipal de Dietistas, elevada a nível universitário com o "Instituto Nacional de la Nutrición" em 1939. Nesse Instituto, diversos brasileiros realizaram estágios ou cursos de formação específica, difundindo no Brasil as propostas de Escudero para a formação e atuação de especialistas em nutrição (ORNELLAS, 1982; VASCONCELOS, 1999).

No Brasil, o médico Moura Campos, vinculado ao Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, iniciou em 1932, junto a um grupo de médicos nutrólogos, pesquisas na área da fisiopatologia e nutrição experimental. Influenciados por estudos norte-americanos, constituíram a chamada "vertente técnica" da ciência da nutrição nesses primórdios. No Rio de Janeiro, o professor Heitor Annes Dias criou, em 1932, a primeira cátedra especializada em nutrição da então Faculdade de Medicina da Universidade do Distrito Federal, em torno da qual se reuniu um grupo de nutrólogos, formado por jovens médicos, influenciados por Pedro Escudero, que constituiu o núcleo inicial da *vertente social* da nutrição. Desse grupo participava Josué de Castro, responsável pela realização de pesquisas e divulgação de importantes documentos que denunciavam a fome como problema social e que se tornaram internacionalmente conhecidos (L'ABATTE, 1988). Com uma atuação direcionada para os aspectos coletivos, sociais e econômicos da nutrição,

esta vertente, a partir dos anos 1940, deu origem à Alimentação Institucional, também considerada como uma especialização-matriz do campo da nutrição, voltada à administração, no sentido de racionalização, da alimentação de coletividades sadias e enfermas (VASCONCELOS, 1999, p.15).

O primeiro curso de nutricionistas do País foi criado em 1939, no Instituto de Higiene da Universidade de São Paulo (atual Faculdade de Saúde Pública da USP), por iniciativa do professor Geraldo Horácio de Paula Souza. Esse curso destinava-se à formação de profissionais habilitados a atuar nas áreas de alimentação e nutrição, como um dos componentes da equipe de saúde pública que Paula Souza almejava construir. O curso tinha a duração de um ano, ministrado em período integral, e seu currículo era constituído por disciplinas básicas das áreas biológica e química e disciplinas específicas das áreas da nutrição e da saúde pública, sendo complementado por estágios obrigatórios nas diversas áreas de atuação profissional (CAVALCANTI, 1996). Apresentava ênfase na área da saúde pública, explicada por sua inserção no Instituto de Higiene, onde se realizavam inquéritos nutricionais que tiveram a grande importância de fornecer uma explicação científica para a realidade que muitos já conheciam: a precariedade das condições de vida e da alimentação de certas camadas da população (L'ABBATE, 1988).

No Rio de Janeiro, as raízes da profissão podem ser buscadas na enfermagem. Lieselotte Ornellas e Firmina Sant'Anna, enfermeiras, foram obter sua formação específica no Instituto Nacional de la Nutrición, em Buenos Aires e, voltando ao Brasil, dedicaram-se a organizar os cursos para formação de dietistas, de nível médio, voltados à administração dos restaurantes mantidos pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS (BOSI, 1996). A experiência do SAPS

como instituição formadora teve início em 1943 e seu curso também tinha, inicialmente, a duração de um ano. Posteriormente, passou a contar com o curso de dois anos, que formava dietistas, e, mais tarde, com o de três anos, para a formação de nutricionistas, coordenado inicialmente pelo médico Dante Costa (SANTOS, 1988).

Também voltado para a área social, ainda que inicialmente direcionado para a nutrição clínica, foi criado em Recife, Pernambuco, em 1957, por iniciativa do professor Nelson Chaves, o Curso de Nutricionistas do Instituto de Fisiologia e Nutrição da Universidade do Recife, atual Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (OLIVEIRA, 1998). Esse curso foi concebido a partir de um movimento de importantes intelectuais que se debruçaram sobre as questões relativas à alimentação, sob diferentes óticas: Gilberto Freyre, Josué de Castro, Nelson Chaves e Orlando Parahym (VASCONCELOS, 1999).

Em 1964, o Conselho Federal de Educação determinou a duração de 3 anos para todos os cursos de nutricionistas do País e fixou o primeiro currículo mínimo, que abrangia dois ciclos: o básico (anatomia, histologia e fisiologia humanas; bioquímica e química bromatológica; dietética; psicologia; microbiologia) e o profissional (fisiopatologia da nutrição; técnica dietética e arte culinária; planejamento, organização e administração dos serviços de alimentação; sociologia e economia aplicadas; dietoterapia; puericultura e dietética infantil; higiene e administração da saúde pública; pedagogia aplicada à nutrição; estatística e inquéritos de nutrição) (CAVALCANTI, 1996).

As linhas básicas de um currículo comum para os cursos de graduação de nutricionistas, na América Latina, entretanto, foram definidas pela primeira vez na I e II Conferências sobre Treinamento de Nutricionistas-Dietistas na América Latina, realizadas, respectivamente, em Caracas (1966) e São Paulo (1973), sob os auspícios da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Ainda no ano de 1973 foi criada, em Bogotá, a CEPANDAL - Comissão de Estudos de Programas Acadêmicos de Nutrição e Dietética na América Latina, que estabeleceu recomendações quanto à carga horária por área de disciplinas, ao conteúdo e à contratação de docentes (CAVALCANTI, 1996).

Uma das mais importantes contribuições da Conferência de Caracas foi a definição do nutricionista:

‘profissional de nível universitário, qualificado por formação e experiência para atuar nos serviços de saúde pública e atenção médica institucional, indispensável para a melhoria da nutrição humana e manutenção do mais alto grau de saúde’ e o reconhecimento de que ‘a base de qualquer programa de nutrição e saúde, seja em nível hospitalar ou assistencial, assim como a dos programas de prevenção e promoção da saúde, repousa no Nutricionista’ (CAVALCANTI, 1996, p.4).

Vale observar que a opção pela denominação nutricionista - e não dietista - para o profissional de nutrição de nível universitário, no Brasil, deixa transparecer a concepção de um profissional comprometido com as causas dos problemas nutricionais, preocupado em transformar a realidade que os engendra, assumindo o objeto de trabalho que o termo nutricionista significava - a nutrição, compreendida como a relação entre o homem e o alimento (YPIRANGA; GIL, 1989).

Reverendo a história por outro ângulo, há que se destacar que, como consequência da especialização e das transformações na divisão técnica do trabalho em saúde, característica da capitalização do setor saúde, os novos profissionais da área, entre eles o nutricionista, foram chamados a dar seus primeiros passos em torno do desenvolvimento da prática hospitalar de atenção ao paciente, num trabalho complementar ao ato médico. Assim, na América Latina, a prática do nutricionista na área da saúde esteve ligada primordialmente à prática exercida na área clínica curativa, sem participação na promoção da saúde (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991). Há que se considerar, ainda, que no Brasil, em paralelo aos cursos de formação de nutricionistas, existiam cursos técnicos que formavam dietistas, profissionais que surgiram dentro de equipes técnicas individualistas, com a responsabilidade de prestar assistência ao paciente, através da alimentação. Santos (1988) assinala que o dietista era um profissional de nível médio, cuja formação prática de campo era predefinida pelos ideólogos da problemática alimentar brasileira da época, os médicos nutrólogos.

Não se pode deixar de considerar que, além dessa prática hegemônica, a profissão tem raízes na fase em que o modelo capitalista de produção se vinculou à política populista da década de 40 (SANTOS, 1988). O período de surgimento dos cursos de nutrição no País foi marcado por uma política social extremamente assistencialista. Os cursos visavam a atender à necessidade de recursos humanos para cumprir a política assistencialista-populista assumida pelo Estado, como a definida pelo Decreto-Lei n. 1238, de maio de 1939, que obrigou as empresas com mais de 500 empregados a instalar refeitórios para os trabalhadores. Os nutricionistas, atuando na administração da alimentação para o trabalhador, constituíram-se, então, em mais um instrumento de alívio de tensões sociais (YPIRANGA; GIL, 1989). Entretanto, a medida, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, permitiu a consolidação da profissão, uma vez que a área da alimentação institucional, historicamente, é uma das principais receptoras do profissional no mercado de trabalho. No Estado de São Paulo, o Serviço Social da Indústria - SESI, por meio de sua Subdivisão de Alimentação, constituiu-se, na década de 40, em um dos principais campos de trabalho do profissional, destinado a fornecer alimentação tecnicamente preparada e proceder à educação alimentar da família operária, conforme relata Cavalcanti (1996).

Assim, dentro desse contexto político-social e em paralelo aos avanços da ciência da nutrição, no período pós-guerra, ocorreu a criação dos primeiros cursos de nutrição no Brasil, com propósitos voltados para a saúde pública, mas influenciada, por um lado, pela necessidade de um profissional de saúde preparado para lidar com os efeitos biológicos da nutrição, limitado à clínica médica e, por outro lado, pela necessidade de um administrador do fornecimento de refeições coletivas que suavizassem os efeitos da pobreza sobre o trabalhador (YPIRANGA; GIL, 1989).

Até o início da década de 70, a formação do nutricionista manteve-se limitada a sete cursos, sendo quatro no Estado do Rio de Janeiro, e os demais nas cidades de São Paulo, Recife e Salvador. A reforma universitária de 1968 e a política desenvolvimentista da época determinaram explosivo aumento do ensino superi-

or no País, o que incrementou a formação profissional em todos os cursos da área de saúde. A formação maciça de nutricionistas, a partir da década de 70, comparada com a das décadas anteriores, ocorreu principalmente com o crescimento das instituições privadas de ensino superior. Outro importante fator desse incremento foi o advento do II PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, que apresentava, entre outras diretrizes, a formação de recursos humanos em nutrição, tendo o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) promovido e apoiado a criação dos cursos de nutrição no País (YPIRANGA; GIL, 1989).

2.2. Décadas de 80 e 90 – a identidade profissional e a formação em questão

A evolução do capitalismo no País influenciou o mercado de trabalho do nutricionista e acarretou modificações também na formação acadêmica. Na década de 80, as modificações apareceram, por um lado, nas discussões teóricas sobre a formação profissional, inicialmente aparentando um caráter de resistência ao capitalismo, manifestando o desejo da categoria de firmar uma identidade e formar profissionais que atuassem na transformação da sociedade. Por outro lado, a evolução do sistema capitalista também gerou modificações práticas nos currículos, no sentido de ajustá-los concretamente às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (COSTA, 1999).

Em 1981, o Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição, realizado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, apontava a existência de 30 cursos no País e ressaltava a necessidade de formação docente em nutrição e de revisão da organização curricular. Reconhecia não apenas que o rápido crescimento dos cursos aconteceu sem adequado desenvolvimento da estrutura acadêmica necessária à formação profissional, mas também que a inexistência de efetivos conhecimentos sobre o mercado de trabalho do nutricionista não recomendava a expansão indiscriminada dos cursos. Para o fortalecimento dos cursos já existentes, recomendava-se o desenvolvimento de núcleos de pesquisa e pós-graduação e a busca de apoio técnico de instituições nacionais e internacionais. O diagnóstico realizado detectou, quanto aos currículos, conteúdos excessivamente teóricos, direcionados para os aspectos biológicos da formação profissional, sem suficiente articulação com os aspectos sociais e constatou, ainda, que a pressão do mercado de trabalho parecia dirigir-se para o setor da alimentação coletiva (BRASIL, 1983).

A partir desse diagnóstico, outros eventos foram realizados para discussão da formação profissional e do objeto de estudo e alguns cursos de nutrição realizaram a reestruturação de seus projetos pedagógicos. Um desses cursos foi o da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Avaliando o curso à luz de suas diretrizes, as autoras chegaram a resultados que posteriormente subsidiaram a reformulação curricular. Algumas de suas conclusões, provavelmente, poderiam ser extrapoladas para outros cursos. Dentre elas, a percepção de que, quanto mais próximo da doença, mais o aluno se sente profissional de saúde; a valorização do conteúdo das disciplinas da área biológica e a menor valorização e/ou ausência de articulação das disciplinas da área de humanas com as demais; a necessidade de

antecipação da prática, permitindo a vivência profissional ao longo do curso e não apenas concentrada no último ano; a necessidade de maior articulação entre a teoria e a prática (BOOG et al., 1988b). A proposta do projeto pedagógico do curso de nutrição dessa universidade consistia na elaboração de um currículo que permitisse “um melhor conhecimento do homem, nos seus aspectos biológicos, psicológicos, sociais, antropológicos e filosóficos, e da realidade que nos cerca, sobretudo no que tange à compreensão da problemática da fome/desnutrição na sua dimensão mais ampla” (BOOG et al., 1988a). Na elaboração desse projeto pedagógico, houve a preocupação de superar aquele conceito de ciência da nutrição apenas como a relação entre o homem e o alimento. A fim de subsidiar os programas das várias disciplinas, o curso definiu como objetos de estudo do nutricionista: a sociedade brasileira, seu contexto histórico, as formas de organização social da produção, a distribuição do excedente social do trabalho como fatores determinantes do binômio saúde-doença; o alimento como direito inalienável do homem, necessário à sua sobrevivência e saúde, em contraposição ao alimento como bem de consumo, tal qual ocorre na atual política econômica. Sua composição, processamento, transformações no organismo e disponibilidade resultante das políticas de produção e comercialização; e o homem – entendido como ser bio-psico-social e inserido na sociedade – ao qual devem se voltar as ações profissionais dentro de uma postura ética de respeito à liberdade e dignidade humanas (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, 1988).

Em 1987 realizou-se o II Seminário Nacional sobre Ensino de Nutrição, promovido pela FEBRAN – Federação Brasileira de Nutrição, que definiu o objeto de estudo do nutricionista como “Alimento e/ou alimentação do homem, em suas dimensões individual, coletiva ou populacional” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, 1988, p.15). Percebe-se o esforço empreendido na época para explicitar o entendimento de uma visão ampliada do objeto de estudo. Em documento que subsidiou as discussões desse evento – “Formação Profissional do Nutricionista: Por que mudar?” – Ypiranga e Gil (1989) afirmavam ser uma constatação unânime, dentro da categoria, a inadequação da formação, contudo sem clareza quanto aos determinantes e muito menos quanto aos procedimentos para alterar o processo. No mesmo documento, as autoras pontuaram alguns aspectos da formação do nutricionista que merecem ser destacados, pois influenciaram as discussões subseqüentes sobre o tema: 1) no processo histórico de formação do nutricionista, dois elementos de sua origem caracterizam sua prática e o identificam na equipe multiprofissional – planejar e orientar dietas e administrar serviços de alimentação; 2) a abrangência do campo de atuação do nutricionista foi-se ampliando, historicamente, alterando suas expectativas e influenciando sua formação. Isso trouxe um certo descompasso entre sua formação, sua identidade perante a sociedade que o criou e a percepção de sua prática, sentida por outros profissionais; 3) a formação profissional do nutricionista deve considerar a atenção dietética como elemento que o identifica e caracteriza no atendimento à saúde, setor que lhe deu origem. Tal fato não equivale à sua transformação em um técnico, simplesmente, porque incorporará, de forma irreversível, à sua ação, a percepção crítica e a consciência social que agregou ao

seu processo de formação, nestes últimos anos de seu desenvolvimento, como categoria (YPIRANGA; GIL, 1989).

Na década de 90, destacam-se como eventos relevantes: em 1991, a quarta reunião da CEPANDAL em Porto Rico e a promulgação da Lei 8234/91, dando nova regulamentação à profissão; em 1991 e 1992, a publicação, pela Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN, de documentos sobre o histórico e a formação do nutricionista no Brasil, contribuindo para a conscientização da categoria, em especial as instituições formadoras, sobre a necessidade de repensar suas ações; em 1993, a aprovação do Código de Ética; em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação no Brasil, que passa a exigir a elaboração de projetos pedagógicos. Destaca-se, ainda, a formação da Comissão de Especialistas nas áreas de nutrição e de economia doméstica (MEC/Sesu), que elaborou as Diretrizes Curriculares em Nutrição e os parâmetros de avaliação dos cursos. Ressalta-se, também, a mobilização dos Conselhos Federal e Regionais, em torno da questão do ensino e a publicação, em 1997, do documento "Novos rumos para o ensino da nutrição" (UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA, 2001).

3. Panorama da Nutrição e da profissão do nutricionista no contexto global

Do histórico apresentado, depreende-se que a profissão do nutricionista, talvez mais do que outras, teve um caráter funcionalista, moldada aos interesses político-sociais dominantes.

Hoje, no cenário mundial, a questão alimentar e a ciência da nutrição vêm direta ou indiretamente sofrendo os efeitos da globalização. Entre outros, Silva (2002) cita o desrespeito à opinião pública, sempre às margens da negociação; o incremento da privatização dos serviços sociais e de saúde; o controle externo da agricultura nacional; a desregulamentação da política trabalhista, pela flexibilização dos direitos; a mercantilização do saber, com a expansão do sistema privado e adequação aos objetivos do mercado; a concentração das atividades científicas; e a desregulamentação das entidades de exercício profissional.

O conhecimento no mundo globalizado tornou-se produto comercial de circulação, orientado pelo novo paradigma da aplicabilidade e maciçamente concentrado nos países do primeiro mundo (MAIA, 2001). Na América Latina, o processo de globalização, caracterizado como era do conhecimento, é criticado precisamente por priorizar a dimensão tecnológica do conhecimento, em estreita sintonia com as relações de mercado.

No documento da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, realizado pela UNESCO, em Paris, no ano de 1998 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1999), ficam claros os desafios que a educação superior deverá assumir no sentido de promover mudanças radicais nos valores sociais, hoje em profunda crise. O documento reforçou a necessidade de universalização do acesso ao ensino superior, assim como a flexibilização do sistema universitário e sua harmonização com o mundo do trabalho, com vistas ao desenvolvimento do ser

humano e exercício da cidadania. Este é também o ideal da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), quando afirma que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

A educação, ao estabelecer tais vínculos, assume múltiplos papéis, os quais se contrapõem de modo crítico e dialético perante a sociedade. Ao participar do desenvolvimento tecnológico será, ao mesmo tempo, crítica do modelo econômico globalizado e parceira do setor produtivo.

Além disso, se, de um lado, se verificam os esforços para legitimar o verdadeiro sentido da educação, de outro, corre-se o risco de que esses ideais sejam absorvidos pelas metas numéricas. É bem verdade que temos uma das menores cifras da América Latina de jovens na universidade, tornando legítima a meta do Plano Nacional de Educação de, em 10 anos, prover ensino pós-médio a, pelo menos, 30% da população de 19 a 24 anos (BRASIL, 1998). Mas a expansão dos cursos de nutrição tem sido vista com preocupação pela categoria. Em um ano, 1996, o número de cursos de nutrição saltou de 44 para 141²; hoje são 153 cursos³. As escolas estariam preparadas para oferecer ensino de qualidade? O mercado estará preparado para absorver todos esses profissionais? Que leis vão reger esse mercado de trabalho? Frigotto (2001), analisando o atual cenário do trabalho, afirma que:

as noções de competências, competitividade, habilidades, qualidade total, empregabilidade se traduzem numa ética individualista, que no âmbito social se definem por noções de um suposto novo paradigma, mas tratam-se de um jargão ideológico dentro do invólucro de uma *novlangue* (p.27).

Basta a leitura dos atuais artigos de divulgação da profissão para identificarmos, nos depoimentos dos profissionais, o pragmatismo para atuar em consonância com as leis do mercado e o deslocamento do eixo central que deveria ser a saúde, independentemente do campo de atuação. O modelo dominante explica a crise de identidade que alguns profissionais enfrentam, ao tentar se olhar como profissionais da saúde. O nutricionista “parece interiorizar o ser profissional da saúde não como atributo de competência, mas como atributo de valor conferido pela formação” (VIANA, 1996). Fomos condicionados a olhar para a saúde de forma estanque e não numa abordagem complexa e multidimensional. A saúde, assim como a alimentação, objeto da dietética inserida em todas as áreas de atuação profissional, envolve elementos biológicos, históricos, culturais, antropológicos, mitológicos e religiosos..., mas o mercado (capital) quer apenas resultados. Esse dilema, em maior ou menor intensidade, pode ser observado em todos os campos de atuação do nutricionista.

Na saúde coletiva, as atividades do nutricionista nos diversos níveis da administração pública são necessárias à concretização das diretrizes e normas do Sistema Único de Saúde (SUS). São propostas de grande impacto social, nas quais o número de nutricionistas atuantes é irrisório. Hoje, nos serviços públicos de assis-

2. Disponível em <http://www.cfn.org> [acesso em 30.10.2001]

3. Disponível em <http://www.cfn.org> [acesso em 02.08.2002]

tência primária à saúde, destaca-se o baixo reconhecimento social da profissão. Já no setor privado é crescente o número de nutricionistas atuantes em programas de promoção da saúde e qualidade de vida.

Na alimentação coletiva, o nutricionista tem sido chamado para garantir a qualidade nutricional e sanitária da refeição, aplicando os conhecimentos de administração da produção e dos recursos humanos, materiais e financeiros, ou, em alguns casos, é requisitado apenas por força da lei. Nessa área de atuação existem conflitos gerados não somente no âmbito da relação capital/trabalho, mas também nas relações de gênero, sendo a nutrição uma profissão essencialmente feminina que atua numa especialidade que, na maioria das vezes, não é a atividade fim da empresa (VIANA, 1996).

Na tecnologia de alimentos, o nutricionista tem sido especialmente chamado para atuar no *marketing* de produtos alimentícios. Há ainda um vasto campo de atuação a ser explorado pelo nutricionista, compatível com o papel de profissional da saúde em todas as suas dimensões.

Em 1986, a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde emitiu a Carta de Ottawa⁴ que aponta, como condições e requisitos para a saúde, a paz, a educação, a moradia, a alimentação, a renda, um ecossistema estável, justiça social e equidade e destaca a importância de se proporcionar informação e educação para que as pessoas possam tomar decisões e exercer maior controle sobre o modo de vida e o meio ambiente, vivendo e criando a saúde na vida cotidiana.

As condições de acesso aos alimentos são determinantes e primordiais à segurança alimentar e nutricional (GALEAZZI, 1996). Porém, garantido o acesso, é indispensável o emprego dos recursos para uma seleção adequada de alimentos, bem como a organização do modo de vida e, particularmente, da alimentação no cotidiano, de forma que os recursos econômicos destinados à alimentação de fato atendam aos requisitos de variabilidade, qualidade nutricional, inocuidade, higiene. Devem ser contemplados, concomitantemente, aqueles aspectos relacionados à comensalidade e ao prazer, não menos relevantes à qualidade de vida. Assim, a educação em saúde visando a promoção da saúde e, sobretudo, a qualidade de vida, é campo de trabalho importante para o nutricionista.

As pesquisas relacionando a nutrição como fator etiológico ou de prevenção de doenças têm apresentado significativo progresso e têm envolvido um número cada vez maior de pesquisadores, especialmente face ao interesse da iniciativa privada.

Quanto à nutrição clínica, a área vem evoluindo gradativamente. De um lado, pelo reconhecimento da necessidade da equipe de profissionais para atenção integral ao paciente; de outro, em consequência da Lei 8.234/91, que ampliou as atribuições do nutricionista nessa área. Não se pode negar as dificuldades para a atuação do nutricionista na área clínica, pois esse é um espaço muitas vezes monopolizado por médicos e enfermeiros, cujas profissões continuam figurando entre as mais importantes da atualidade, reconhecidas como essenciais. Essas profissões mantêm sua hegemonia no setor saúde, face a um saber, a um fazer e a um

4. Disponível em <http://www.saúde.gov.br/programas/promoção/ottwa.htm> [acesso em 24.04.2002]

poder historicamente legitimados, consolidados também pelo expressivo número de profissionais existentes no mercado, quando comparado ao de profissões mais jovens, como é o caso da nutrição.

Muitas vezes, o nutricionista é visto como um profissional cujo trabalho tenha por finalidade poupar tempo e dar suporte ao trabalho médico. Além disso, formulam-se críticas referentes ao distanciamento do nutricionista da assistência direta ao paciente (BOOG, 1996). Uma percepção *a priori* muito restrita das possibilidades de atuação do profissional acaba, muitas vezes, cerceando uma inserção mais efetiva do nutricionista no processo de cuidar.

Esse é o cenário da profissão do nutricionista, visto por uma de suas janelas: o conflitante dilema entre necessidade e liberdade, num contexto onde contrastam as forças do mercado (capital) e o projeto do que se quer ser.

4. As diretrizes curriculares para os cursos de Nutrição

Os princípios, objetivos e metas das diretrizes curriculares para os cursos de nutrição, homologadas pelo Conselho Nacional de Educação em 03/10/01⁵, são comuns aos demais cursos da saúde e têm como focos centrais a flexibilização do ensino, a ênfase na formação geral, a promoção da autonomia, a redução do tempo de duração dos cursos, a articulação da teoria com a prática e a orientação para as avaliações.

O documento se fundamenta no conceito de saúde e nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)⁶.

Aqui surge o primeiro desafio: o documento legitima o nutricionista como um profissional da saúde necessário à consolidação do SUS; no entanto, na prática, o profissional vem sendo marginalizado no sistema. O SUS prioriza a prevenção, a educação nutricional é primordial, mas o nutricionista não tem feito parte da maioria das equipes de saúde dos serviços públicos de assistência primária.

As habilidades e competências gerais estão enumeradas em torno da atenção à saúde do indivíduo e da coletividade; da tomada de decisões baseada em evidências científicas; da comunicação em suas diferentes formas e meios; dos atributos para liderar, administrar e gerenciar tanto a força trabalho, quanto os recursos que ela envolve; e da educação permanente e autônoma.

As habilidades específicas enfatizam a atenção dietética; a manutenção e recuperação do estado nutricional do indivíduo e da coletividade; o ensino em nutrição; a atuação em políticas e programas ligados direta ou indiretamente à alimentação e à nutrição, desde o âmbito local até o regional; a atuação nas equipes de suporte nutricional e outras que envolvam a alimentação e a nutrição; a atenção nutricional ao indivíduo enfermo e ao sadio; a administração de alimentação e

5. Disponível em <http://www.mec.gov.br/sesu/diretriz.shtml> [acesso em 20.05.2002]

6. Os objetivos definidos pelas Diretrizes são: "permitir que os currículos propostos possam construir perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdos dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinentes e compatíveis com referências nacionais e internacionais, capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade, no SUS, considerando o processo de Reforma Sanitária Brasileira." (Resolução CNE/CES no.5, de 07/11/2001).

nutrição com vistas à saúde coletiva; a realização de diagnósticos e intervenções na área de alimentação e nutrição, nos âmbitos individuais e coletivos; a atuação em todos os níveis de complexidade da assistência a saúde; a auditoria, assessoria e consultoria na área; a atuação em *marketing*, controle de qualidade; formulação de produtos e pesquisa em alimentos e/ou nutrição; e a aplicação dos conhecimentos com visão holística do ser humano.

Os conteúdos propostos, para a formação do profissional que se pretende, devem contemplar disciplinas das ciências biológicas e da saúde; da ciência da alimentação e nutrição; das ciências dos alimentos. Esses conteúdos relacionados devem integrar todas as dimensões do cuidar em nutrição, que se deve voltar ao indivíduo, nos seus aspectos biofísicos, psicológicos, sociais e culturais, e à sociedade. Esses conteúdos devem, ainda, atender às demandas regionais nacionais, bem como promover o desenvolvimento e a autonomia intelectual.

A formação do nutricionista deve garantir a interação com a prática. Os estágios curriculares devem atingir 20% da carga horária do curso, devendo ainda criar-se mecanismos que propiciem as atividades complementares.

A estrutura do curso deve garantir: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; a inserção na prática, desde o início do curso; a educação para a cidadania; a flexibilidade e a pluralidade do currículo; a integração estudo/trabalho; a reflexão sobre a realidade social; estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver; o trabalho em grupo; e a valoração das dimensões ética e humanística orientadas para a cidadania e a solidariedade.

O processo deve ser conduzido por um Projeto Pedagógico construído coletivamente, em que o aluno deve figurar como o sujeito da aprendizagem e o professor como mediador do processo ensino-aprendizagem. Esse currículo deve levar em conta, ainda, o pluralismo e a diversidade cultural e histórica locais e globais, buscando a sua compreensão, interpretação, preservação e difusão.

5. Visitando os *sites* dos cursos disponibilizados na internet

Na tentativa de identificar como os cursos estão se adequando às novas diretrizes, realizou-se uma pesquisa nos *sites* das instituições que oferecem graduação em nutrição. O objetivo foi identificar que tipo de informações essas instituições têm valorizado na apresentação de seus cursos. Puderam ser acessados 42 dos 71 *sites* disponibilizados na listagem oferecida pelo CFN. Entre os *sites* visitados, 7 apresentavam apenas informações sobre as condições de oferta do curso, 15, sobre o perfil do profissional nutricionista e 18, sobre a missão de seu curso. As informações recolhidas foram organizadas em categorias, conforme a Tabela 1.

Chama a atenção, nos resultados da pesquisa, a predominância das informações sobre as possibilidades de trabalho ao profissional. A identidade de profissional da saúde apareceu em apenas metade dos *sites* pesquisados. As categorias valorizadas nas diretrizes oficiais aparecem timidamente. As instituições que apresentam seu curso pelo perfil do profissional, raras vezes consideram nele o caráter crítico e o compromisso com as transformações sociais desejados. Em ambas as situações analisadas, a formação ética e humanista aparece como um dos itens

Tabela 1. Informações veiculadas sobre os cursos de nutrição nos sites das instituições

| Categorias das informações veiculadas | Perfil do profissional | Missão do curso |
|--|------------------------|-----------------|
| Identidade de profissional da saúde | 53% | 50% |
| Mercado de trabalho | 33% | 39% |
| Profissional generalista | 06% | 11% |
| Promoção da qualidade de vida | 13% | 22% |
| Desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico | 06% | 44% |
| Profissional crítico comprometido com a transformação social | 13% | 50% |
| Áreas de atuação profissional | 93% | 67% |
| Integração teoria e prática/interdisciplinaridade | 20% | 17% |
| Objeto de estudo da nutrição | 00% | 11% |
| Formação ética e humanista | 00% | 11% |

Relação de sites: Disponível em <http://www.cfn.org.br> [acesso em 02/08/02]

menos valorizados na divulgação dos cursos. Não há, também, a preocupação em apresentar o objeto de estudo da nutrição: apenas o objeto de trabalho é citado com frequência, sendo caracterizado pela “nutrição e alimentação de indivíduos e coletividades”. Talvez preocupadas em atender as expectativas dos candidatos aos vestibulares, as instituições têm privilegiado as informações sobre o mercado de trabalho. Esses dados mostram o pragmatismo imperando, também entre as instituições de ensino, e, de maneira geral, um certo distanciamento das propostas pedagógicas atuais.

6. Conclusões

Aquilo que porta o pior perigo traz também as melhores esperanças: é a própria mente humana, e é por isso que o problema da reforma do pensamento tornou-se vital (MORIN, 2001a, p.75).

O pensamento de Edgar Morin, compartilhado por diversos pensadores e construído durante uma vida dedicada ao estudo da complexidade se apresenta, atualmente, como possibilidade para abordagem do conhecimento e da educação em nutrição. O conhecimento pertinente, capaz de superar os erros e a ilusão, o desenvolvimento da tolerância e da compreensão, o entendimento da identidade terrena, da condição humana, o enfrentamento das incertezas, a leitura da realidade num processo contínuo, condicionado à história e à ética, constituem o balizamento de Morin para o ensino. Para Morin, a inabilidade de organizar o saber disperso e compartimentalizado torna unidimensional o multidimensional, por isso a necessidade de percepção e conhecimento do contexto, do global, do multidimensional, do complexo, que passa necessariamente pela reforma paradigmática do pensamento.

A alimentação é um tema por si multidimensional e agregador. Nele percebe-se claramente como o “desenvolvimento do conhecimento racional-empírico-técnico jamais anulou o conhecimento simbólico, mítico, mágico ou poético” (MORIN, 2001a): a nossa identidade terrena nos desafia a enfrentar o problema da sustentabilidade ambiental e o acesso a uma condição digna de alimentação, que sempre esteve como pano de fundo nas discussões sobre a profissão, diz respeito à ética da solidariedade. Nutrição e alimentação são, enfim, temas para os quais convergem e com os quais interagem a cultura científica e a cultura das humanidades, ambas imprescindíveis à formação da “cabeça bem feita”, na expressão de Morin (2001b).

Avaliações, propostas e projetos foram elaborados no decorrer desses 60 anos de cursos de nutrição no Brasil. A tarefa de olhar a história pregressa permite retratar um panorama amplo, pois, similarmente ao homem que sobe a montanha, quanto mais alto se chega, mais longe se avista. Na história ocorre o mesmo – quanto mais tempo transcorre, mais sentido se consegue atribuir ao desenrolar dos fatos. Entretanto, quem sobe ao topo da montanha, não avista as pessoas, assim como quem olha para a história, nem sempre consegue retratar com fidelidade as ações dos cidadãos anônimos que construíram essa história, a menos que se lance mão da história oral, quando o distanciamento cronológico entre pesquisador e sujeitos ainda o permite.

Por outro lado, propostas e projetos são cartas de intenção, que não necessariamente produzem os resultados almejados da forma como foram idealizados. Os projetos refletem as idéias, mas a concretização dessas idéias implica mudanças nas práticas pedagógicas, que nem sempre se produzem com a mesma facilidade com que são colocadas nas cartas de intenção.

O desafio pedagógico de prover ao terceiro milênio “cabeças bem feitas” exige mudanças profundas nas bases filosóficas que sustentam as práticas pedagógicas dos professores atuais. É muito mais fácil prover aos docentes uma atualização técnica do que lhes ensinar a tolerância, que é um dos desafios que Morin coloca.

Assiste-se, hoje, a uma produção quase massiva de docentes. Prioriza-se o indivíduo jovem, com larga perspectiva de carreira e produção, encurta-se o tempo de formação docente e essa “formação docente”, em grande parte das vezes, prepara um pesquisador, mas não um professor.

Há que olhar para o passado para projetar o futuro, mas há que agir no presente: com a humildade de reconhecer as limitações do próprio conhecimento, com tolerância às idéias contrárias, exercitando a compreensão face à pluralidade cultural e buscando a interdisciplinaridade que abre as portas ao multidimensional.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. *Histórico do nutricionista no Brasil 1939-1989: Coletânea de depoimentos e documentos*. Associação Brasileira de Nutrição, São Paulo: Atheneu, 1991.
- BÉHAR, Moisés; ICAZA, Suzana. *J. Nutrición*. México: Interamericana, 1972.

- BOOG, Maria Cristina Faber et al. Curso de nutrição da PUCCAMP. *Revista de nutrição da PUCCAMP*, Campinas, 1988a, v. 1, n. 1, p. 7-23.
- BOOG, Maria Cristina Faber et al. Avaliação do curso de nutrição. *Revista de nutrição da PUCCAMP*, Campinas, 1988b, v. 1, n. 1, p. 24-44.
- BOOG, Maria Cristina Faber. *Educação nutricional em serviços públicos de saúde: busca de espaço para ação efetiva*. 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- BOOG, Maria Cristina Faber et al. Ensino de nutrição nos cursos de medicina e de enfermagem no Estado de São Paulo: cursos de enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v.8, n. 4, p.66-75, 1995.
- BOSI, Maria Lúcia Magalhães. *Profissionalização e conhecimento: a nutrição em questão*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, 205 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Os cursos de nutrição no Brasil. Evolução, corpo docente, currículo*. Brasília: MEC/SESU, 1983.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Plano Nacional de Educação: Proposta do Executivo ao congresso*. Brasília: MEC/INEP, 1998.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984, 361p.
- CAVALCANTI, Maria Lúcia Ferrari. *Curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – Evolução histórica e principais eventos: 1939/1994*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, USP, 1996, 88p.
- COSTA, Nilce Maria da Silva Campos. Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil. *Rev.Nutr.*, Campinas, v.12 ,n.1, p.5-19, 1999.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.
- FISCHLER, Claude. *El (h)omnivoros: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama, 1995, 441 p.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, 885 p.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 89-126.
- FRIGOTO, Gaudêncio. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTO, Gaudêncio; CLAVATTA, Maria (org). *Teoria e Educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001. 203 p.
- GALEAZZI, Maria Antonia Martins. *Segurança alimentar e cidadania*. Campinas: Mercado das Letras, 1996. 352p.
- L'ABATTE, Solange. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. I. Período de 1940 a 1964. *Revista de Nutrição da PUCCAMP*. Campinas, v. 1, n.2, 1988, p. 87-138.
- MAIA, Almir de Souza. Justiça econômica e responsabilidade social. *Revista de educação do COGEIME*. Piracicaba, ano 10, n. 19, 2001, p. 55-58.
- MITCHELL, Helen S. et al. *Nutrição*. 16. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1978, 300p.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001a, 118 p.

- MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma - reformar o pensamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b., 128p.
- OLIVEIRA, Zélia Milet Cavalcanti de. *Curso de Graduação em Nutrição da UFPE: Quatro décadas de formação do profissional nutricionista em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998, 420p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 3 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, MEC:UNESCO, 1999, 288 p.
- ORNELLAS, Lieselotte H. Um pouco de história, saudade e nutrição. *Alimentação & Nutrição*, n. 9, 1982, p. 48-49.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Reestruturação da grade curricular do Curso de Nutrição - Faculdade de Ciências Médicas*. Campinas: PUCAMP, 1988.
- SANTOS, Sandra Maria C. dos. *Nutricionista & Sociedade: elementos para uma abordagem histórico-social da profissão*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 1988.
- SILVA, Rosane Maria Nascimento da. Nutrição: Que caminhos frente à Globalização. Editorial. *Revista do Conselho Federal de Nutricionistas*. Ano III, n. 6, p. 3, 2002.
- SOARES, Fernanda P.T.P. *Abordagem de nutrição no curso de graduação de médicos residentes de cirurgia: subsídios para o ensino*. 2001. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP, Campinas, 2001.
- UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. Curso de Nutrição. *Projeto pedagógico*. Piracicaba: UNIMEP, 2001, 148 p.
- VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. *Como nasceram os meus anjos brancos: A construção do campo da nutrição em saúde pública em Pernambuco*. 1999. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.
- VIANA, Solange Veloso. *Nutrição, trabalho & sociedade*. São Paulo/Salvador: Hucitec - Edufba, 1996, 167p.
- YPIRANGA, Lúcia; GIL, Maria de Fátima. Formação profissional do nutricionista: por que mudar? In: CUNHA, Dulce Terezinha O.; RODRIGUES, Lucia Ypiranga; GIL, Maria de Fátima. *Seminário nacional sobre ensino de nutrição*. Goiânia: FEBRAN. 1989, p. 21-36.
- YPIRANGA, Lúcia. Delimitação do objetivo de trabalho do nutricionista: subsídios para uma discussão. *Saúde em Debate*. São Paulo, v. 29, p. 62-69, 1990.